

INFÂNCIAS NEGRAS, CURRÍCULO, IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE NA CRECHE PAULO ROSAS

Camila Maria dos Santos¹
Wellington Duarte Pinheiro²

RESUMO

Este artigo emergiu da nossa pesquisa de iniciação científica vinculada ao Núcleo de Pesquisa (NUP) UNIFACOL. A mesma tem o objetivo de compreender como as educadoras da Creche Paulo Rosas (Recife) vivenciam o conhecimento curricular para a construção da identidade étnico-racial das infâncias negras. Teoricamente, por um lado, tratamos de compreender a função social da escola em mobilizar o direito à educação crítica capaz de fortalecer a identidade étnico-racial das infâncias negras como visto em: Gomes (2023; 2019), Gomes e Silva (2018) e Candau (2008). Por outro lado, buscamos identificar como a construção/vivências das práticas curriculares como lutas pelo reconhecimento da diferença constitui um campo de força fundamental para o empoderamento dos sujeitos excluídos em nossa sociedade. As contribuições de Silva (2013) e Lopes e Macedo (2011) nos ajudaram a problematizar essa discussão. Metodologicamente, nossa pesquisa é de natureza qualitativa, filiada ao interpretativismo científico. O campo da pesquisa foi a creche Paulo Rosas. Por sua vez, os sujeitos da pesquisa foi uma professora da mesma instituição. Os instrumentos de coleta de dados, como nos fala Lüdke e André (2020), foi a realização de uma entrevista semi-estruturada e a observação da prática docente. Por se tratar de um estudo em andamento podemos afirmar que a partir da nossa prática de observação, da identificação do currículo em ação crítico-construtivista e da vivência de aulas preocupadas com a formação identitária dos sujeitos há na instituição a construção de um conhecimento comprometido com o empoderamento para a autonomia discente em tempos de reconstrução e fortalecimento da democracia escolar.

Palavras-chave: Infâncias Negras, Creche, Currículo, Educação Étnico-Racial, Poder.

INTRODUÇÃO

Como sabemos a trajetória da educação infantil no Brasil é marcada por um histórico de descaso e falta de políticas educacionais que assegurasse o direito das crianças ao acesso à educação de qualidade preocupada com uma formação crítica e plural desses sujeitos críticos formados por experiências significativas de aprendizagem. Nesta direção, afirma Melo e Sudbrack em: “Caminhos da Educação Infantil: da Constituição de 1988 até a BNCC” (2018) que apenas em 1988 é que se estabeleceu com CF de 1988 a educação infantil como um direito das crianças de 0 a 6 anos o que lhes garantia acesso à creche e a pré-escola.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia e bolsista de iniciação científica do Centro Universitário UNIFACOL-PE, camilamariasantos775@gmail.com;

² Professor Substituto da UFPE, professor do Centro Universitário UNIFACOL, orientador: Doutor, ensina no Departamento de Fundamentos Sociofilosófico da Educação - UFPE-PE, pinheiraosociais@yahoo.com.br.

Tendo em vista esse panorama e compreendendo a importância do currículo para repensar uma perspectiva educacional que ressignifique a forma de educar preocupada com a possibilidade de reafirmar a identidade de sujeitos negros historicamente subjugados pela nossa sociedade patriarcal, racista e oligárquica (GOMES, 2023; CANDAU, 2008; LOPES; MACEDO, 2011) decidimos mobilizar recursos pedagógicos a fim de compreender como as educadoras da Creche Paulo Rosas (Recife) vivenciam o conhecimento curricular para a construção da identidade étnico-racial na Educação infantil. Especificamente, tivemos a preocupação de: a) identificar que práticas e experiências educativas mobilizadas em sala de aula favorece à criança reconhecer a importância da diversidade étnico-racial no cotidiano escolar; b) refletir a partir da construção do saber/poder das professoras que experiências de conhecimento curricular é mobilizada por essas educadoras e como tais saberes contribuem para a formação da identidade étnico-racial das crianças; c) estudar como o debate sobre a construção da identidade étnico-racial ressignifica a discussão a respeito da exclusão educacional do povo negro e das práticas antirracistas no âmbito da educação infantil. Diante disso conseguimos estabelecer o pressuposto da nossa pesquisa a qual estabeleceu: o empoderamento do sujeito negro se dá no campo da relação identidade-diferença. Tal relação implica compreender que a afirmação da diferença mobiliza a construção de identidades múltiplas do sujeito moderno. Isso, segundo Santiago, Akkari e Marques (2013), é garantido pela afirmação de direitos coletivos, o que é fundamental para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

Com relação às motivações do estudo, a nossa pesquisa é justificada a partir dos seguintes aspectos: a) - em termos pessoais, entendemos que essa pesquisa é relevante por aprofundar o debate da identidade étnico-racial no âmbito da educação infantil o que nos permitiu refletir outros temas seminais para a educação como a questão da justiça curricular e a emergência das práticas antirracistas (GOMES; ARAÚJO, 2023); b) do ponto de vista social, tal estudo possibilitou divulgar a importância que tem a relação identidade étnico-racial na educação infantil o que pode promover a democratização desse debate educacional para além da escola; c) teoricamente, o estudo é importante porque nos revelou como a prática docente mobiliza diferentes recursos pedagógicos a fim de ressignificar os processos de exclusão social que ainda estão presentes na estrutura social da educação brasileira (PINHEIRO, 2023).

Metodologicamente, nosso trabalho mobilizou recursos da pesquisa qualitativa em educação, o que implicou levar em consideração as contribuições de Bogdan e Biklen (1994), como também as investigações da pesquisa educacional mobilizada por Lüdke e André 1986

[2022]. Deste modo, identificamos que a análise sobre a construção da identidade étnico-racial na educação infantil a partir das vivências das práticas curriculares implica realizar um estudo que leva em consideração o significado que o sujeito dar a sua ação social numa perspectiva interpretativa da observação das práticas educacionais mobilizadas. Tal perspectiva nos deu a possibilidade de conhecer com maior propriedade nosso objeto de investigação a fim de compreender a intersubjetividade do sujeito da pesquisa. Ao final dessa jornada pudemos compreender a prática docente como potência capaz de ressignificar a visão que temos dos sujeitos historicamente excluídos da sociedade brasileira. Tal fato se dá entre outros aspectos pelo compromisso da educadora com a construção de uma educação pública de qualidade, mas, principalmente pela prática docente está correlacionada as pautas de lutas do movimento negro educador o que implica mobilizar outras pesquisas para ampliar a compreensão desse fenômeno.

METODOLOGIA

Nossa metodologia diz respeito a um estudo de caráter qualitativo numa pesquisa de campo. Com relação ao lócus do estudo nossa investigação foi realizada no CMEI Paulo Rosas Recife-PE. No âmbito da construção dos dados utilizamos a estratégia/método da observação como um recurso compreensivo para identificar conceitos, ideias e concepções de saber presente na matriz curricular, as quais são fundamentais na construção do conhecimento educacional dos educandos. Para aprofundar a compreensão outro recurso foi adotado para a coleta de informações. Mobilizamos a entrevista, compreendida como uma ferramenta de investigação que nos possibilita adentrar com maior riqueza de detalhes nas percepções subjetivas das educadoras que atua na creche investigada.

Sobre o sujeito da pesquisa tivemos a oportunidade de acompanhar o trabalho de uma professora. Com ela realizamos uma entrevista semiestruturada e realizamos algumas atividades de observação da sua prática docente o que nos proporcionou maior riqueza de detalhes sobre os achados da pesquisa empírica (LUDKE; ANDRÉ, 2022). A escolha dessa única professora também se deu pelo fato de compreendermos que a mesma possui uma prática docente “sui generis”, uma vez que a sua postura de envolvimento e protagonismo com a temática racial advém de anos de luta e resistência ao acompanhar ativamente as demandas plurais do movimento negro educador na educação

Dessa maneira, pudemos identificar com maior riqueza de detalhes como se deu a formação dos laços identitário étnico-raciais dos educandos mobilizados pela prática educativa. Com efeito, as falas da participante do estudo serão analisadas à luz da análise de conteúdo mobilizadas por Bardin (2008). Ou seja, para analisar os depoimentos da educadora

construímos algumas técnicas para analisar a fala das participantes da pesquisa. Tais técnicas de descrição dos conteúdos ou ideias presentes na fala delas nos permitiu confrontar o entendimento das educadoras com os objetivos propostos pela pesquisa. Nesta direção o trabalho de análise dos dados constituiu-se em três etapas, a saber: 1 - pré-análise – consistiu em delimitar a estrutura técnica da pesquisa (objetivo, método, corpus teórico, entre outros), 2 – exploração do material coletado (codificação e estruturação dos argumentos a fim de encontrar núcleo de sentido das falas apresentadas), 3 – tratamento dos dados (apresentação textual dos dados, demonstrando como as informações apresentam divergências ou convergência com a proposta epistemológico do estudo).

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta sessão da pesquisa apresentamos os principais recursos explicativos e seus respectivos autores que fundamentaram nossa discussão. Nesta direção, em primeiro lugar, apresentamos a discussão sobre as infâncias negras e sua implicação para a formação da identidade étnico-racial das crianças. Em seguida trazemos as contribuições das questões curriculares para esse debate e as implicações disso para a prática docente

Ao tratarmos das infâncias negras tal como Gomes e Araújo (2023) retratam estamos mobilizando um debate que ainda não teve maior atenção no cenário pedagógico nacional. Para essas pesquisadoras a fragilização das políticas educacionais no governo Jair Bolsonaro (2018-2022), a não compreensão da criança como um sujeito crítico construtor de mundos e a falta de maior atenção para as práticas racistas vivenciadas na vida escolar desde os anos iniciais constituem fatos contundentes para que o campo educacional ressignifique o olhar sobre as infâncias negras. Nesse aspecto as educadoras assinaladas enfatizam um aspecto fundamental na educação infantil, a saber: o fato de não haver neutralidade na educação infantil! Com isso há que se reconhecer que desde os anos iniciais as crianças estão expostas a o processo de dominação, práticas de desamparo e despeito que a sociedade impõe aos sujeitos historicamente discriminados ao longo da sua trajetória de vida. Sobre isso, vemos: “há que se pensar que não há neutralidade na infância, ela não está blindada de conceitos e discriminações, pois são apreendidas na sociedade e nas instituições. Logo, a infância é ciclo da vida fundamental para desenvolver as práticas antirracistas” (GOMES; ARAÚJO, 2023, p. 55).

Com isso a concepção a concepção de infâncias negras adquiriu importância seminal em nossos estudos pelo fato de tal realidade despertar no educador a preocupação ética/moral

de ressignificar sua prática pedagógica para com a construção de uma formação crítica das crianças o que possibilita pensar estratégias formativas que despertem o poder de fala do infante, como também a valorização da patrimônio cultural e étnico-racial das crianças desde a tenra idade. Diante disso as autoras ressaltam a importância do: “olhar das pesquisadoras/es devem rever a urgência de construir práticas pedagógicas que possibilitem as crianças falarem de si e das outras para que elas sejam protagonistas das suas vidas” (IDEM, p. 19).

Dada a relevância desse debate nosso referencial também se ocupou de compreender a importância que tem a discussão curricular para a práxis pedagógica comprometida com a formação da identidade étnico-racial das crianças. Desta maneira a partir da contribuição de Alice Casemiro Lopes e Elizabeth Macedo em “Teorias do Currículo” (2011) foi possível avançar nessa discussão compreendendo que no campo do currículo o tema da identidade é “alicerçado” pela noção de essencialidade. Ou seja: “a identidade (...) está baseada na essência: ainda que o sujeito possa se desenvolver, é imutável naquilo que lhe é mais próprio” (p.218). Com isso, é preciso o educador investigar como a escola compreende tais essencialidades a partir de práticas discursivas para ressignificar processos de resistência das identidades reguladas e, assim, pensar em processos de emancipação ou subjetividades do sujeito da educação. Nesta direção, a Pesquisadora Rosângela Tenório Carvalho salienta em: “Currículo, Cultura e Dinâmica Social Escolarizada” (2016), que os estudos sobre currículo constituem um ponto de reflexão para refletir sobre a construção discursiva cultural e a construção dos processos de dominação a partir da reprodução de estruturas sociais de desigualdade, que é operacionalizada a partir das práticas de modulação dos sujeitos. Com efeito, tal relação de dominação é fundamental para tratar do nosso objeto de investigação.

Assim sendo, a educação étnico-racial, por sua vez, parte do pressuposto de que o empoderamento do sujeito negro se dá no campo da relação identidade-diferença. Tal relação implica compreender que a afirmação da diferença mobiliza a construção de identidades múltiplas do sujeito moderno. Isso, segundo Milene Santiago (2013), é garantido pela afirmação de direitos coletivos, o que é fundamental para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária. Desse modo, realizar o enfrentamento das diferenças a fim de pensar na construção de um currículo onde a valorização dos saberes e experiências advinda da valorização da diferença étnico-cultural no âmbito da educação implica pensar numa escola plural, democrática, que reconheça a demanda de direitos dos sujeitos historicamente discriminados e silenciados como o povo negro. Com isso a construção de atitudes/práticas voltada para a valorização da diferença de sujeitos que foram subjugados numa estrutura de poder colonizador constitui uma forma de reparação histórica.

Como sabemos, as práticas de racismo constituem formas de dominação que são estruturadas a partir das relações de poder no âmbito das instituições como a escola. Segundo (ALMEIDA, 2019), as práticas de discriminação, de compreensão do povo negro como sujeitos subalternos constituem estratégias de controle de grupos sociais privilegiados que gozam de status sociais e contribuem para a perpetuação de desigualdades que, na prática, contribuem para manter a relação de poder desiguais o que prejudica as possibilidades ascensão da população negra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos recursos de construção de dados da observação da entrevista semiestruturada pudemos identificar alguns dados empíricos advindos da pesquisa, a saber:

- a) a prática docente como potência capaz de ressignificar a visão que temos dos sujeitos historicamente excluídos da sociedade brasileira;
- b) identificar o corpo como um dispositivo de poder para ressignificar a questão étnico-racial desde os anos iniciais revela como o currículo se constitui num campo de saber crítico para repensar nossa ação nos espaços escolares da educação infantil;
- c) entender como a construção de um professor antirracista implica envolvimento com a prática docente que resgata valores ancestrais para ressignificar valores e atitudes contemporâneas a fim de identificar possibilidades de emancipação do sujeito da educação.

Diante desses achados da pesquisa empírica emergiu em nossa pesquisa a categoria da **professora engajada** para a formação da identidade étnico-racial o que implicou ampliar nosso entendimento sobre a importância do envolvimento docente com as pautas da sociedade civil organizada dos movimentos sociais. Com efeito, tal correlação nos levou a compreender que a práxis pedagógica para a formação da identidade étnico-racial está atravessada com as pautas das lutas sociais mobilizadas pelo movimento negro educador que desde os anos 1970 tem mobilizado pautas relevantes para o fortalecimento da democratização e o acesso do povo negro aos bens culturais da educação em nosso país. Tal compreensão é ratificada no registro das observações de aula e na entrevista realizada com a nossa entrevistada

Registro de aula 01: dia 15/08/2023

Era manhã típica de Recife, bastante ensolarada e com uma temperatura ainda agradável, e, por volta das 8:20, e a professora inicia a aula com uma problematização: “olha, temos uma nova convidada!! Logo, a professora retira do saco a boneca Lelê, feita de tecido

com retalho de panos com grandes braços e pernas extensas. Esteticamente a boneca tem a pele negra e cabelos cacheados. Com efeito, a boneca criou curiosidade na criançada pois em outro momento tivemos a oportunidade de ver várias fotos daquela boneca no mural da escola. Nessas imagens observamos as crianças interagindo com a boneca e fazendo referência a dimensão estética desse instrumento pedagógico que simboliza a referência estética da mulher negra (GOMES, 2019). Para maior compreensão dessa temática que envolve identidade e estética da mulher negra consultar a obra “Sem Perder a raiz” de Gomes (2019).

A partir da presença da boneca alguns alunos se entusiasmaram para interagir com a essa estratégia didática de ensino da nossa professora, que para efeito da nossa pesquisa a chamamos de “Engajada”. Assim, a professora em situação conta algumas histórias que contextualizam momentos de discriminação que a boneca havia vivenciado o que, na realidade, é um fato “cotidiano” nas vidas das infâncias negras. Tal estratégia é fundamental porque como nos fala Gomes (2023) permite que a criança dialogue com as questões da formação da identidade por outros caminhos didáticos ou por outras linguagens das crianças (a fala, a música, a corporeidade entre outras linguagens) as quais emergem no ambiente didático como recursos pedagógicos potentes para a formação de sujeitos críticos capazes de valorizar a sua identidade e suas raízes ancestrais.

Com efeito, ao tratar das histórias da boneca “Lelê”, a professora, a Engajada, mobilizou aspectos do corpo da boneca como o cabelo, a cor da pele retinta, a valorização do corpo, o cuidado com a questão de não banalizar a vida sexual das crianças entre outros aspectos de valorização das infâncias negras que demonstra que a presença da boneca Lelê na creche Paulo Rosas denota como tal professora é envolvida com o ambiente educador da creche o que implica dizer que o corpo docente da instituição está atento às novas demandas das políticas de reconhecimento e valorização da identidade étnico-racial das crianças na educação infantil (PINHEIRO, 2023).

Para ampliar nosso entendimento sobre a relevância desse recurso pedagógico-estético e formativo presente na creche, é importante ressaltar que a educação infantil é uma etapa fundamental na construção afetiva da própria identidade, de conhecer e reconhecer as raízes estéticas e culturais de onde vêm. Logo, há que se reconhecer a necessidade de refletir sobre o desenvolvimento identitário como parte das finalidades da educação infantil. Desta forma nosso relatório da creche investigada identificou haver uma nítida preocupação com a afirmação da identidade negra, sobretudo pelo fato de tratar a lei 10.639/03 como uma orientação normativo-educativa fundamental para a humanização dos sujeitos que fazem parte

daquela comunidade escolar. Sobre isso é fundamental como o “contrato” político-pedagógico da creche aborda essa questão, a qual é fundamental para a formação da identidade dos povos negro, pois segundo o PPP,

O respeito e a valorização das diferenças culturais e étnicas de nossa comunidade se constituem em eixos fundamentais do nosso trabalho pedagógico, estando presente nas relações do nosso cotidiano. Isto quer dizer que em todo e qualquer projeto didático que se realiza no CMEI, respeitamos a diversidade de opiniões, de crenças religiosas, de etnias, de arranjos familiares, e de orientação sexual. Enfim, respeitamos as subjetividades, as identidades individuais e coletivas, as culturas reveladas e produzidas no ambiente da instituição (RECIFE, 2021, p. 5).

Com efeito, consideramos apropriada e coerente a importância que a comunidade escolar da creche tem para com essa temática, pois como ressalta a pesquisadora Nilma Lino Gomes “a introdução da Lei nº 10.639/03 – não se dá como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico” (GOMES, 2012, p. 105). Logo, a luta pelo currículo que valoriza a ação afirmativa da identidade negra constitui uma mudança estrutural, epistemológica do pensamento, que deve atravessar todo o marco referencial da escola.

Entrevista semiestruturada com a professora

Ao ser questionada sobre que recursos o educador pode mobilizar para tratar a questão da identidade étnico-racial em sala de aula? A nossa entrevistada respondeu assim:

Um dos principais recursos dentro da minha prática pedagógica é a literatura. Trazer os livros para esses momentos de contação de história; atentar para a leitura antecipada desses livros, atentar para a estética desse livro, quais as imagens são apresentadas nesse livro, as narrativas que esse livro traz, além disso, as brincadeiras, vivenciar nesse corpo as brincadeiras africanas, a arte que é uma outra linguagem riquíssima. Nós temos a dança, a música, o teatro, a linguagem, o nosso dialeto, quais foram as heranças deixadas por nossa população negra dentro do cotidiano da nossa oralidade, a comida, a cultura, conhecer as personalidades que produzem ciência, que são personalidades, que são referências dentro da nossa sociedade (A ENGAJADA, 2023).

Como podemos observar, estamos diante de uma profissional atenta às novas demandas da luta pelo empoderamento e valorização da identidade étnico-racial na educação. Na prática, a atitude dessa educadora antirracista nos ajuda a compreender que é preciso debater/revelar como as estruturas sociais criaram um ambiente favorável de dominação dos estabelecidos sobre os outsiders, ou seja, é preciso ampliar o entendimento sobre o processo de negação de direitos das pessoas excluídas de educação, cidadania e entre outros aspectos e práticas políticas que garanta a plena cidadania ativa do sujeito moderno. Com intenção de retirar “a máscara” do determinismo da desigualdade social que, infelizmente, marcar negativamente o processo de socialização da população negra

Assim sendo, a postura da docente Engajada nos ajuda a perceber que:

O mundo apresentado na escola era o dos mundos dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido. Eu reparava que minhas colegas brancas não precisavam pensar o lugar social da branquitude, pois eram vistas como normais: a errada era eu. Crianças negras não podem ignorar as violências cotidianas, enquanto as brancas, ao enxergarem o mundo a partir de seus lugares sociais - que é um lugar de privilégio -, acabam acreditando que esse é o único modo possível (RIBEIRO, 2019, p.24).

Ao ser questionada sobre: Na sua opinião, como é possível tratar os conteúdos curriculares sobre educação étnico-racial na educação infantil?

Um dos caminhos enriquecedor é a arte. A arte, como um dos elementos condutores, como o brincar, também como um desses elementos condutores. Mas, à arte, compreender as manifestações culturais. Aonde essa escola está inserida. Quando eu trago o Maracatu para a escola, quando eu trago o grupo de "afoxé", quando eu trago 'caboclinho' quando eu trago coco, quando trago um coral indígena para tocar, isso pode ser no momento do acolhimento, no nosso 'bom dia' na apreciação de um elemento quando eu trago o instrumento, quando eu trago uma oficina para acontecer, seja uma oficina com instrumento musical, uma oficina de dança elas vão se reconhecer (A ENGAJADA, 2023).

Como pudemos identificar a professora mobiliza diversos recursos da sua vivência com a cultura étnico-racial o que torna as suas aulas diversificadas e comprometida com a proposta de trazer às crianças da creche diferentes possibilidades e experiência do patrimônio histórico da população negra para o cotidiano da escola. Isso é fundamental para a construção da vivência curricular. Com efeito, para Lopes e Macedo (2013) é fundamental construir práticas curriculares que articulem cultura, identidade negra e educação. Essa articulação se dá e é produzida nas escolas o que, em última instância, enriquece a prática docente. Por conseguinte, essa postura da prática docente constitui um avanço sobre a luta pela valorização da diferença étnico-racial preocupada em restituir direitos historicamente negados a fim de desconstruir as relações de poder homogeneizado em sala de aula ao valorizar os sujeitos brancos em detrimento dos negros. Isso implica valorizar a construção da educação voltada para a diferença, na qual tal a formação implica reconhecer a diversidade étnico-cultural e desconstruir posturas discriminatórias para com a população historicamente marginalizada (SANTIAGO; AKKARI; MARQUES, 2013, p. 35).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do percurso discursivo realizado, pudemos identificar como a questão étnico-racial no campo da educação infantil é um tema que precisa ser ampliado e a discussão necessita ressoar em outras dimensões da educação, tais como as políticas educacionais, a dimensão do desenvolvimento humano e ampliação do debate na própria sociologia da educação. Nessa jornada acadêmica conhecer a Creche Paulo Rosas (nosso campo de investigação) ressignificou nosso olhar sobre a educação porque ali pude entender como a

pedagogia, a ciência da educação, está viva na prática docente dos professores. Para o interesse da nossa pesquisa pudemos compreender que a formação para a valorização da prática docente comprometida com o empoderamento da educação étnico-racial advém de uma dedicação docente para dar conta de uma literatura acadêmica extensa, mas também se faz presente no que a intelectual Bell Hooks denominou de engajamento intelectual. Isso, nas palavras dessa professora norte-americana diz respeito a intencionalidade docente se comprometer com o bem-estar do discente, como também de torná-lo um sujeito protagonista da sua própria existência o que implica forjar processos de lutas e resistência contra o modelo de vida unidirecional e hegemônico que sufocam os sujeitos negros. Desse modo pudemos correlacionar a prática docente da professora em análise de como uma professora engajada. Tal categoria constitui um achado de pesquisa relevante porque nos evidenciou com a prática docente engajada está conectada as plataformas de luta dos movimentos sociais do povo negro que há muitas décadas vem mobilizando resistências e formas de existir num país organizado historicamente pela desigualdade social na qual o racismo estrutural é um marcado estrutural dessa desigualdade.

Por fim, destaco como esse processo de maturidade acadêmica foi importante porque nos ajudou a perceber como é fundamental abordar a temática das questões étnico-raciais na educação infantil para construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária, pois há o incentivo e a vivência de respeitar e valorizar a diversidade desde cedo, ajudando também a combater estereótipos e preconceitos por meio da promoção à empatia e respeito entre as crianças. Com isso pudemos correlacionar que o fornecimento educação dos povos negros reflete na pluralidade de culturas o que reafirma a construção da identidade e autoestima dos sujeitos formando cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres o que é fundamental para a construção de atitudes e práticas antirracistas.

Nos resta relatar o fato de realizar esse estudo na condição de ser uma mulher branca que se aventurou a conhecer as profundezas abissais das desigualdades sociais que a população negra precisa superar todos os dias nos deu a verdadeira noção do que é ser subjugado, destituído e subalternizado por um sistema de poder que tenta aniquilar as formas de resistência de parte significativa da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos.

- CARVALHO, R. T. Currículo, Cultura e Dinâmica Social Escolarizada. **REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA**, v. 8, n. 15, p. 178-196, 2016
- CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. São Paulo: Autêntica, 2008.
- FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.
- _____. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes Limitada, 2019
- GOMES, N. L.; DE ARAÚJO, M. **Infâncias negras: Vivências e lutas por uma vida justa**. Editora Vozes, 2023.
- LUDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Em Aberto, v. 5, n. 31, 1986.
- MELLO, A. P. B.; SUDBRACK, E. M. Caminhos da educação infantil: da constituição de 1988 até a BNCC. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 5, p. e019031-e019031, 2019.
- MUNANGA, K. **Negritude: Usos e sentidos**. São Paulo: Autêntica, 2015.
- NERI, P. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2015.
- OLIVEIRA, F. de; ABRAMOWICZ, A. Infância, raça e paparicação. **Educação em Revista**, v. 26, p. 209-226, 2010.
- RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das letras, 2019.
- SANTIGO, M; AKKARI, A; MARQUES, L. **Educação intercultural: desafios e possibilidades**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- SILVA, T T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Autêntica, 1999.
- PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores**. Planeta: São Paulo, 2023.
- LOPES, A. C; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. Cortez Editora, 2013
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Autêntica, 2013.